



Assunto: Reavaliação da Cachoeira de Iauaretê – Lugar Sagrado dos povos indígenas dos Rios Uaupés e Papuri (AM) com vistas à Revalidação do seu título de Patrimônio Cultural do Brasil.

À Coordenação Geral de Identificação e Registro (CGIR) e à Coordenação Geral de Promoção e Sustentabilidade (CGPS) do Departamento de Patrimônio Imaterial (DPI)

Introdução

O presente Parecer Técnico apresenta um conjunto de considerações sobre a Cachoeira de Iauaretê – Lugar Sagrado dos povos indígenas dos Rios Uaupés e Papuri (AM), de modo a fornecer subsídios para a Revalidação do seu título de Patrimônio Cultural do Brasil.

O reconhecimento da Cachoeira de Iauaretê “destaca a inesgotável capacidade das populações indígenas da região [das famílias linguísticas Arawak e Tukano Orientais, além do povo Maku] de criarem e recriarem suas tradições na perspectiva de um projeto histórico de resistência cultural. Nos lugares sagrados como as pedras, lajes e igarapés situados na Cachoeira de Iauaretê e seu entorno, estão escritas as histórias de criação da humanidade e de ocupação do território em que eles vivem desde tempos imemoriais. Esses lugares indicam, igualmente, os códigos de manejo social organizadores da vida, tais como as formas de convivência e os mecanismos de transmissão dos saberes, identificadores das várias etnias que compartilham territórios e padrões culturais” (IPHAN. Cachoeira de Iauaretê. Série Dossiês Iphan, vol. 7. Brasília, DF: Iphan, 2007).

O Registro do bem cultural ocorreu em 03 de agosto de 2006, sendo o primeiro a constar do Livro dos Lugares. A sua candidatura foi apresentada pela Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro- FOIRN, na data de 15 de julho de 2005, mesmo dia em que se firmou a declaração de interesse emitida por representantes da Coordenação das Organizações Indígenas do Distrito de Iauaretê- COIDI. Vale ressaltar que o referido requerimento teve adesão de diversas instituições, subscritas em declarações formalmente incorporadas ao Processo de solicitação de Registro. Sendo referendada por representantes de 23 associações locais, a instrução técnica do processo de registro foi realizada pela FOIRN com a participação do Instituto Socioambiental (ISA) e de associações indígenas locais - Centro de Estudos e Revitalização da Cultura Indígena de Iauaretê (CERCII) e a Associação de Língua e Cultura Tariano do Distrito de Iauaretê (ALCTDI).



Conforme previsto no Art. 7º do Decreto 3.551/2000 e na Resolução nº 5, de 12 de julho de 2019, o IPHAN, por meio do Departamento de Patrimônio Imaterial, instaurou processo administrativo de revalidação do Título de Patrimônio Cultural do Brasil do bem cultural em tela (SEI 01450.003206/2020-16), requisitando aos técnicos da Superintendência do IPHAN no Amazonas a elaboração e produção do Parecer de Reavaliação. As Coordenações Gerais de Identificação e Registro (CGIR) e de Promoção e Sustentabilidade (CGPS), através da Nota Técnica 14 (SEI 2356389), reuniram considerações sobre os “aspectos culturalmente relevantes” e demais informações pertinentes visando auxiliar a redação do Parecer de Reavaliação.

Os trabalhos para a Reavaliação do Título de Patrimônio Cultural do Brasil da Cachoeira de Iauaretê foram iniciados no final do ano de 2020, no contexto do agravamento da pandemia do COVID-19. Desta forma, foram respeitadas as restrições de atividades presenciais, conforme consta na Portaria do Iphan nº 341 de 01/09/2020 (SEI 2173697). Com a finalidade de esclarecer quanto ao arcabouço normativo e propósitos gerais do Processo de Revalidação, foram realizadas reuniões por videochamada nas datas 08 e 09 de setembro de 2020, nas quais estiveram presentes dois técnicos da Superintendência do Iphan no Amazonas - Mauro Augusto Dourado Menezes, antropólogo, e José Vicente Damante Ângelo e Silva, analista ambiental, assim como Rodrigo Ramassote, antropólogo do Departamento do Patrimônio Imaterial - DPI. Com o objetivo de esclarecer, adicionalmente, os procedimentos a serem seguidos na efetivação da revalidação, conforme determina a referida resolução, foram feitas algumas comunicações com o técnico do DPI citado, no início do ano de 2021.

No dia 08 de dezembro de 2020, foi encaminhada para a Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional- PHAN no Amazonas a Nota Técnica 14 (SEI Nº 2356389). Para elaboração do Parecer, conforme apregoa o Artigo 6º da Resolução 05/2019, faz-se necessária a integração de detentores, parceiros e interessados.

Recebidas as manifestações, o DPI as encaminhará às Superintendências envolvidas, as quais deverão emitir parecer técnico reavaliando os bens culturais registrados e, cuja elaboração **deverá integrar, na forma que couber, detentores, parceiros e demais segmentos interessados.** (Resolução 05/2019, Art 6º, pg. 1)

A partir dessa orientação, foi necessário avaliar a melhor maneira de incluir a participação de detentores e parceiros. Definiu-se que tal participação seria realizada por meio de duas formas: de um lado, foi através do envio, por e-mail e ofício, de um formulário perguntas tendo como base o conteúdo da Nota Técnica 14 direcionados para Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro- FOIRN, com intuito de envolver os detentores, para o Instituto Socioambiental- ISA e para dois antropólogos, com objetivo de envolver pesquisadores e colaboradores que participaram do processo de Registro. Outra forma de integrar detentores e parceiros foi através de entrevistas em grupo através de reuniões virtuais. As perguntas no formulário e nas reuniões virtuais em grupo tomaram por base não apenas os apontamentos e reflexões constantes na Nota Técnica supracitada, como também as orientações constantes no “Roteiro básico para Revalidação do bem” anexado à Resolução 05/2019. O objetivo geral de tais atividades foi o de levantar informações junto aos detentores e parceiros para construção de dados para o Parecer.

Os formulários/questionários foram pensados com vistas a alcançar os detentores, tendo em vista as dificuldades de acesso à internet na região da Cachoeira de Iauaretê, mas também para fazer uso de mais de uma técnica para construção de dados. As reuniões ocorreram por meio de videochamadas na plataforma GoogleMeet, totalizando dois encontros – o primeiro no dia 26 de março; o segundo, no 16 de abril do ano corrente. Para tanto, foram mobilizados detentores, pesquisadores e parceiros, priorizando nomes e instâncias institucionais que participaram do processo de Instrução Técnica para o Registro.

A primeira Reunião Virtual foi realizada no dia vinte e seis de março de dois mil e vinte um, e contou com a presença dos seguintes participantes: Karla Bitar Rodrigues, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional no Amazonas- IPHAN-AM – Superintendente, Mauro Augusto Dourado Menezes, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional no Amazonas- IPHAN-AM – Antropólogo, José Vicente Damante Ângelo e Silva, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional no Amazonas- IPHAN-AM – Analista Ambiental, Rodrigo Ramassote, Antropólogo do DPI, Ana Gita Oliveira, Antropóloga (coordenação do Registro da Cachoeira de Iauaretê), Geraldo Luciano Andrello, Antropólogo Professor do Departamento de Antropologia da Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR), Aline Scolfaro, Antropóloga - colaboradora do Instituto Socioambiental-

ISA e Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro- FOIRN, Renata Alves, Ecóloga e analista de geoprocessamento- ISA, Natalia Pimenta- Assessora de Comunicação-ISA, Janete Alves -Dessana, Diretora da FOIRN para região de Iauaretê, Ivo Fontoura- Tariano e Adão Oliveira- Tariana lideranças indígenas do Distrito de Iauaretê. A segunda e última reunião foi realizada no dia 16/04/21 e contou com a participação apenas de Karla Bitar Rodrigues, IPHAN-AM – Superintendente, Mauro Augusto Dourado Menezes, IPHAN-AM – Antropólogo, Geraldo Luciano Andrello, Antropólogo Professor UFSCar e Aline Scolfaro, Antropóloga - colaboradora do ISA e FOIRN. Com base nos diálogos promovidos nestes encontros e preenchimento dos formulários, foram sistematizados os dados que constarão neste Parecer.

A primeira Reunião foi intitulada Reunião de **Abertura da Elaboração do Parecer de Reavaliação da Cachoeira de Iauaretê**: Lugar Sagrado dos povos indígenas dos Rios Uaupés e Papuri, pois tinha como objetivo apresentar os instrumentos legais que norteiam o processo de Revalidação. Na oportunidade, foi apresentado aos presentes o formulário/questionário e discutido como ocorreriam as dinâmicas dos encontros. A segunda reunião teve o propósito de finalizar a rodada de entrevista e buscar complementos e detalhamentos.

Recebemos dois formulários com respostas, sendo um preenchido pelo Professor Geraldo Andrello e Ana Gita de Oliveira, e outro preenchido pelos três detentores e lideranças indígenas que participaram.

Avaliamos, assim, que a partir dessas atividades e/ou técnicas para construção de dados, conseguimos contemplar, **preliminarmente**, alguns quesitos formais contidos no “Roteiro básico” e na Nota Técnica, tendo em vista os limites impostos pela pandemia, como: a dificuldade de envolver detentores; a impossibilidade de se chegar às comunidades do entorno dos lugares valorados e reconhecidos no Registro, dentre outros fatores. Serão anexados ao processo SEI N° 01450.003206/2020-16 as atas das Reuniões e os formulários preenchidos encaminhados.

A Nota Técnica, com base no Roteiro Básico da Resolução 05/2019, apresentou as considerações e ponderações para este Parecer subdivididas em dois blocos. O Bloco 1 destacou o recorte efetuado no momento do registro, os aspectos culturalmente relevantes



destacados e certas questões implicadas no enquadramento geral do bem e sua delimitação territorial, visando subsidiar sua análise na atualidade; o Bloco 2, por sua vez, apontou alguns aspectos que dizem respeito às transformações do bem e a sua salvaguarda.

Desta forma, e seguindo essas subdivisões propostas pela Nota Técnica, apresentaremos a seguir a consolidação dos dados construídos, objetivando elaborar uma reflexão sobre o bem, listando ações que foram sugeridas ou arroladas durante a elaboração deste Parecer que poderão ser encaminhadas após a conclusão do Processo de Revalidação.

Bloco1 - Condições atuais de produção e reprodução do bem cultural

Da permanência e relevância dos valores de referência cultural

O Processo de Registro da Cachoeira de Iauaretê se deu por força de sua centralidade como referência cultural **descrita nas narrativas mitológicas que conferem atribuição de valor de origem e lugar sagrado** para as distintas etnias que habitam a região do Rio Negro. A respeito desse reconhecimento como lugar de referência para padrões culturais e identitários destas etnias, com base nos dados construídos nos questionários e entrevistas, podemos aferir que, passados mais de 10 anos do Registro, permanece a relevância dos valores associados ao bem, como podemos averiguar nos comentários a seguir:

A pertinência e a relevância do lugar de referência desses povos é evidente no compartilhamento da importância que tem a Cachoeira de Iauaretê para os povos indígenas que essa região. (Comentário de Lideranças indígenas e detentores - Janete Alves, Ivo Fontoura e Adão Oliveira)

A cachoeira de Iauaretê é parte de uma extensa rede e lugares mencionados nas narrativas míticas dos povos indígenas do alto rio Negro. Sua toponímia, que registra os acontecimentos narrados no mito, segue como um conhecimento altamente valorizado e fundamental para a prática das rezadas xamânicas destinadas à cura, proteção e nomeação das pessoas. (Geraldo Andrello e Ana Gita - Antropólogos)

Das práticas e representações culturais associadas ao lugar

Como já mencionado no dossiê de Registro, a dimensão cosmológica e as narrativas míticas assumiram um amplo destaque e relevância, em detrimento de descrições acerca dos aspectos da vida social local e dos demais usos sociais desse lugar sagrado. É o caso, por exemplo, da pesca tradicional que ocorre em trechos ou locais apropriados da Cachoeira de Iauaretê.

Todas as pedras que apareceram são lugares apropriados para a montagem das armadilhas de pesca dos Tariano, os caiás, cacuris e matapis. Na verdade, Ohkômi ia se transformando já pensando nos seus netos. As formas, orifícios e marcas dessas pedras são orientações para a colocação das armadilhas, mas é preciso montá-las de maneira precisa para poder pegar os peixes. Os peixes capturados nessas armadilhas devem ser devidamente benzidos [basesehe, em tukano], caso contrário os filhos dos pescadores podem nascer com deficiências. (Dossiê de Registro, pg. 59)

Segundo Ana Gita de Oliveira e Geraldo Andrello, foi criado em Iauaretê, após a titulação do bem, um grupo de pesquisadores indígenas (com assessoria do antropólogo André Martini) justamente dedicado a proceder uma documentação audiovisual sobre os lugares de pesca da cachoeira e seu entorno. Esse trabalho apenas se iniciou e veio a ser paralisado em decorrência da morte prematura do antropólogo assessor. A iniciativa buscava conjugar as atividades associadas ao registro da cachoeira com projetos em implantação naquela época, voltados para resolver o problema da escassez crescente do pescado em Iauaretê. Atualmente, a estação de piscicultura que havia sido implantada está desativada, mas há interesse por parte da associação de mulheres e da direção da Escola Estadual São Miguel, localizado no Distrito de Iuaaretê, em retomar essas atividades. Para os dois antropólogos, a retomada desses levantamentos em combinação com ações de manejo pesqueiros, certamente, seria muito bem-vinda.

Segundo detentores que participaram do preenchimento do formulário, a prática da pesca que ocorre na região da Cachoeira de Iauaretê e entorno está relacionada aos conhecimentos mitológicos que explicam o surgimento dos lugares de pesca, formando assim diversos estilos de pesca tradicional que podem ser observados na localidade. Assim, embora a pesca não tenha comparecido de maneira ostensiva no momento da titulação do bem, trata-se de um aspecto fundamental e de grande referência para detentores e moradores locais.

Da delimitação territorial

Outro ponto que mereceu ponderações nos dados construídos foi a delimitação territorial do conjunto de lugares sagrados definidos no momento do registro. Segundo o Dossiê, a identificação e plotagem dos “lugares sagrados” mencionados pelos Tarianos compreendia um conjunto de mais de vinte pontos, boa parte dos quais submersos, durante parte do ano, nas águas dos rios Uaupés e Papuri. No entanto, já se notava durante o processo de registro a expectativa de abranger uma porção territorial maior. É apontado no Dossiê de Registro que, à medida que as histórias foram sendo contadas, os lugares foram se multiplicando, e ficando claro que o número de lugares a serem documentados poderia subir para muito mais que vinte. A toponímia da cachoeira mostrava-se muito mais extensa do que parecera à primeira vista. Podemos observar a diversidade de lugares que foram sendo identificados a partir do Registro na descrição apresentada no livro *Rotas de criação e transformação: narrativas de origem dos povos indígenas do Rio Negro*, organizado pelo antropólogo Geraldo Andrello. O livro foi publicado em 2012, reúne uma série de textos que abordam temas relacionados aos povos indígenas e suas origens na paisagem, tal como concebida localmente, guardadas ao longo do curso dos rios, nas cachoeiras, pedrais, praias, estirões, etc. (Andrello (Org.), 2012, pg. 8). Ao descrever e refletir os trabalhos de mapeamento e identificação dos lugares sagrados em Iauaretê, observa-se o quanto ao longo do tempo, a lista de lugares foi ganhando volume como pode ser observado a seguir:

O primeiro mapeamento da Cachoeira de Iauaretê com o grupo do clã Koiwathe em 2005 apontou 20 pontos mencionados nas narrativas míticas, já em 2008, como resultado de duas oficinas, foram 75 pontos. Nessa segunda etapa, participaram vinte pessoas de dois clãs tariano. Essa toponímia mais extensa diz respeito a um conjunto mais diversificado de narrativas míticas, várias delas ainda a registrar. Já os outros cinco grupos (três de clãs tariano, um tukano e um desana), que trabalharam com cartas de várias partes do Uaupés e Papuri identificaram no total duzentos e trinta lugares, mencionados em diversas narrativas míticas. (Andrello (Org.), 2012, pg. 27)

Todavia, à época dos estudos para Registro, colocava-se em questão as implicações do registro formal de tantos lugares. Sobre a problemática, o Dossiê de Registro da Cachoeira de Iauaretê reconhece que havia certa inexperiência institucional, pois naquele momento o Livro dos Lugares não estava sequer aberto, isto é, não havia qualquer caso de registro de um lugar como patrimônio cultural do Brasil. Em consequência, levantava-se a questão: como lidar



com lugares em cujas rochas, lajes e pedras, são ao mesmo tempo compreendidas como referências culturais de origem, memória do passado mítico, e lugares destinados para práticas de técnicas e conhecimentos de domínio da pesca para os povos indígenas que habitam a bacia do Rio Uapés, Papuri e da região do noroeste amazônico em geral.

Para a identificação da abrangência territorial, Ana Gita de Oliveira e Geraldo Luciano Andrello recordam que foram desenvolvidas várias iniciativas desde o registro para a ampliação da identificação de lugares sagrados relevantes para os povos indígenas do alto Rio Negro. Eles destacam, dentre estas, o projeto Mapeo, que entre 2013 e 2015 mapeou quase a totalidade da rota de transformação desses povos, relacionada à viagem da cobra canoa que trouxe seus ancestrais pelos rios Negro e Uaupés até a cachoeira de Ipanoré, no médio Uaupés.

O projeto foi executado pelo ISA Instituto Socioambiental e pela Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro- FOIRN, com apoio e parceria do IPHAN- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, por meio de dois Convênios firmados entre 2011 e 2014. Além dessas entidades, participaram também da iniciativa o Ministério da Cultura da Colômbia, Fundação Gaia e ACAPI (Asociación de Capitanes y Autoridades Indígenas del Pira-Parana), da Colômbia, bem como da instituição Vídeio nas Aldeias, que coordenou a parte da documentação audiovisual. Participaram ainda das expedições os antropólogos Stephen e Cristine Hugh-Jones (University of Cambridge), Geraldo Andrello (UFSCAR), Ana Gita de Oliveira (IPHAN), o arqueólogo Raoni Valle (UFOPA), a educadora ambiental Norma Zamora, do Ministério de Cultura da Colômbia e a antropóloga do ISA e coordenadora do projeto Mapeo, Aline Scolfaro. O objetivo foi o de promover o diálogo intercultural e a troca de conhecimentos entre os conhecedores indígenas (cerca de 21 indígenas) e especialistas não-indígenas¹.

O projeto Mapeo é um dos desdobramentos do Registro da Cachoeira de Iauretê, tendo como enfoque a continuidade dos mapeamentos e identificação dos lugares sagrados no noroeste amazônico, demandado pelos povos daquela região, pois para eles a Cachoeira de Iauretê faz parte de um conjunto muito mais amplo de lugares sagrados que se localizam não

¹ Informações encontradas no Dossiê Expedições da Cobra- Canoa 2013-2015. Documentação disponível nos arquivos do Instituto Socioambiental- ISA. Disponibilizada por e-mail em: 29.04.2021.



apenas na própria área de Iauaretê, como podemos apreender da leitura do Dossiê Expedições da Cobra- Canoa 2013-2015.

Nos anos seguintes ao registro, e já no decorrer das Ações Emergenciais de Salvaguarda empreendidas em Iauaretê entre 2006 e 2008, tornou-se patente que na concepção dos povos indígenas da região, em especial os grupos da família linguística tukano, a Cachoeira da Onça faz parte de um conjunto muito mais amplo de lugares sagrados que se localizam não apenas na própria área de Iauaretê, ao longo dos rios Uaupés e Papuri, mas por todo o território multiétnico e transfronteiriço da bacia do rio Negro. Para os conhecedores indígenas, esses lugares encontram-se conectados uns aos outros, formando uma grande rede de energia vital e encadeando histórias de origem e de ocupação da região pelas diversas etnias que compõem o sistema sociocultural do rio Negro e Noroeste Amazônico. Nesse contexto, novas demandas por iniciativas de documentação e valorização de lugares sagrados e rotas ancestrais foram surgindo, sobretudo no Alto Rio Negro. Grupos pertencentes à família tukano em particular, moradores dos rios Uaupés e Papuri, e que também foram incluídos como detentores no registro da Cachoeira da Onça, começaram a reivindicar a identificação e reconhecimento de toda a rota de origem de seus ancestrais pelo extenso curso dos rios Negro, Uaupés e Papuri, adentrando em território colombiano. (Dossiê Expedições da Cobra- Canoa 2013-2015, pg.9)

Para os detentores que participaram das atividades para elaboração deste Parecer, a documentação produzida para o Registro limitou-se especificamente à Cachoeira de Iauaretê e entorno, mas as histórias narradas identificam a abrangência de um sistema mais amplo de lugares sagrados. Em diálogo com Carlinho Nery, uma das lideranças indígenas ligadas à Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro- FOIRN, através de mensagem por rede social, no dia 23 de abril do ano corrente, informou o término das reuniões do Conselho Diretor da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro- FOIRN do ano de 2021, e dentre outras coisas, mencionou que uma das propostas deliberadas diz respeito ao pedido a ser encaminhado ao IPHAN sobre ampliação do Registro da Cachoeira de Iauaretê com a inclusão da Cachoeira de Ipanoré.

Deste modo, observa-se que, desde o Registro, a questão territorial precisa ser melhor debatida no âmbito de reuniões posteriores junto aos detentores e parceiros, de modo a consolidar uma proposta que seja do interesse de todos e, ao mesmo tempo, leve em conta os desafios que uma eventual ampliação traz para gestão técnica da salvaguarda do bem cultural.



Bloco 2: As transformações e o fortalecimento sociocultural do bem reconhecido como Patrimônio Cultural do Brasil

Foram formuladas à época do Registro iniciativas e ações de salvaguarda. Segundo o Dossiê de Registro (IPHAN, 2006, pgs. 94-105) estas ações tinham por base as seguintes diretrizes ou ações iniciais: 1-Continuidade dos Trabalhos de Documentação e identificação de Lugares Sagrados; 2- Criação do Pontão de Cultura da FOIRN; 3- Apoio à reconstrução das malocas como Centros de Referências e Educação Indígena; 4- Repatriação dos ornamentos sagrados com o Museu do índio de Manaus, mantido pelo Patronato Santa Terezinha; 5- Desenvolvimento de ações de revitalização cultural, com foco nas condições de preservação de transmissão dos valores que dão significado à geografia das Terras Indígenas da região do bem cultural. Para produção deste Parecer, empreendeu-se um breve balanço junto aos detentores e parceiros sobre as ações implementadas com base nessas diretrizes iniciais, bem como identificar a situação atual dessas iniciativas. Como já dito, a participação de detentores e parceiros se deu através do formulário de perguntas e entrevistas em grupo, através das reuniões virtuais.

1- Continuidade dos Trabalhos de Documentação e identificação de Lugares Sagrados

A partir do processo de Instrução técnica feita para o Registro, foram desenvolvidos alguns trabalhos voltados para o mapeamento e identificação de lugares sagrados. Em entrevista, os pesquisadores listaram algumas das produções que listaremos a seguir. Na oportunidade da reunião virtual, ventilou-se a necessidade de ampliar a divulgação desses trabalhos com intuito de promover e difundir os conhecimentos relacionados ao bem. Conforme afirmam Geraldo Andrello e Aline Scolfaro, boa parte das pesquisas estão disponíveis na internet, como por exemplo:



Publicação	Endereço Eletrônico
Publicação colaborativa de Iauaretê (censo socioeconômico e de pesca/pesquisa sobre lugares sagrados de pesca)	https://issuu.com/instituto-socioambiental/docs/iauaret_web
Notícia sobre a publicação de Iauaretê e sua importância local	https://www.socioambiental.org/pt-br/blog/blog-do-rio-negro/iauarete-passado-presente-e-novos-dilemas
Publicação da história Tariano (Coleção Narradores Indígenas do Rio Negro)	https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/TRL00003.pdf
Publicação binacional (Brasil-Colômbia) gerada no âmbito do projeto Mapeo	https://www.socioambiental.org/sites/blog.socioambiental.org/files/publicacoes/informe_binacional_cartografia_web.pdf
Filme: Pelas Águas do Rio de Leite (resultado do projeto Mapeo)	https://www.youtube.com/watch?v=CirpI_a_FJI

2- Criação do Pontão de Cultura da FOIRN;

Um acordo estabelecido entre a Secretaria de Programas e Projetos/MinC e o Departamento do Patrimônio Imaterial/Iphan possibilitou a criação do projeto Pontão de Cultura² pelo Iphan para os bens registrados como patrimônio cultural brasileiro. Nesse sentido, a criação de um Pontão de Cultura em São Gabriel da Cachoeira objetivava estruturar

² Segundo o Ministério da Cultura, “o Ponto de Cultura é a ação prioritária do Programa Cultura Viva. Ele é a referência de uma rede horizontal de articulação, recepção e disseminação de iniciativas culturais. Como um parceiro na relação entre estado e sociedade, e dentro da rede, o Ponto de Cultura agrega agentes culturais que articulam e impulsionam um conjunto de ações em suas comunidades, e destas entre si. O Ponto de Cultura não tem um modelo único, nem de instalações físicas, nem de programação ou atividade. Um aspecto comum a todos é a transversalidade da cultura e a gestão compartilhada entre o poder público e a sociedade civil”. Fonte: <http://www2.cultura.gov.br/culturaviva/ponto-de-cultura/> último acesso em: 01/11/2013.



várias ações de fomento, fazendo convergir várias atividades para salvaguarda da Cachoeira de Iauaretê (IPHAN, Dossiê de Registro - Cachoeira de Iauaretê, pg. 96). O projeto do Pontão foi implementado, entre os anos de 2007 e 2008. O prédio que sediava o Pontão de Cultura tinha dois pavimentos, ao lado da sede da Federação das Organizações indígenas do Rio Negro, no município de São Gabriel da Cachoeira. Funcionava em um dos pavimentos uma Loja de artesanato chamada Wariró. Em 2014, o edifício foi destruído por um incêndio. Passados alguns anos, o primeiro pavimento foi reconstruído, e hoje abriga apenas a loja Wariró.

Segundo Ana Gita e Geraldo Andrello, o incêndio que destruiu as instalações do Centro, destruiu também todos os equipamentos que haviam sido adquiridos para a implantação ali de um Pontão de Cultura. A ideia do Centro de Referências, segundo eles, era a de que o trabalho de documentação de lugares sagrados pudesse continuar sendo desenvolvido com autonomia na região, com propósito de fomentar o envolvimento progressivo dos jovens. Paralelo ao Pontão de Cultura, foi construída a Maloca Casa do Saber. Este espaço foi e é destinado ao movimento indígenas e ações de revalorização e fortalecimento cultural empreendidos pela Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro- FOIRN. A maloca é hoje onde todos os eventos culturais e políticos da FOIRN acontecem. Trata-se de um espaço importante tanto para os movimentos indígenas quanto para cidade de São Gabriel da Cachoeira. Tais espaços, Casa do Saber e a Loja Wariró, merecem ser pautas para próximas reuniões com detentores e parceiros, com objetivo de observar de que forma eles mantêm relação ou desenvolvem ações de salvaguarda da Cachoeira de Iauaretê, dando continuidade aos projetos do Pontão de Cultura. Aspecto que não foi possível levantar nas reuniões virtuais, em razão da dificuldade de acesso à internet e consequentemente ausência dos detentores e lideranças indígenas.

3- Apoio à Reconstrução das Malocas/ Centros de Referência e Educação Indígena

Sabe-se que durante a realização dos estudos que resultaram no Registro, lideranças das etnias Tariano e Tukano estavam finalizando a construção de duas malocas em Iauaretê, as quais seriam utilizadas com propósitos pedagógicos e culturais. Houve também a reconstrução da maloca Tariano-Koivathe. Segundo o Dossiê de Registro, essas iniciativas

passaram a incorporar o sentido de ações de salvaguarda associada à política nacional de Patrimônio Cultural, como espaços de difusão, circulação, referência e educação patrimonial. Na avaliação dos detentores, participantes das atividades para elaboração deste Parecer, sobre a construção e funcionamento das malocas, relata-se a importância que os espaços tinham para o fortalecimento das ações de fomento e salvaguarda do bem. Segundo eles, as malocas impactavam a vida da população local, pois valorizavam os conhecimentos tradicionais dos povos indígenas da região. Lamentam o fato de esses espaços construídos não existirem mais em razão de uma ter sido destruída por um incêndio e a outra pela falta de manutenção. Sobre estes projetos não foi possível dialogar com os detentores, em nossas reuniões virtuais sobre interesse de retomá-los e reconstruir as malocas. Os dois antropólogos, participantes das respostas do formulário, descreveram tendo por base as experiências com os projetos das duas malocas sobre a importância de incluir em possíveis projetos de reconstrução das malocas, a necessidade de manutenção permanente para que possam ser preservadas e por longo tempo abrigar atividades regulares.

Tendo em vista a relevância dada a esses espaços para a promoção e a transmissão de conhecimentos dos povos indígenas daquela localidade, identifica-se que essa mais uma pauta a ser indicada e debatida para a elaboração futura do Plano de Salvaguarda.

4- Repatriação dos ornamentos sagrados com o Museu do índio de Manaus, mantido pelo Patronato Santa Terezinha

Ainda em 2006, houve a assinatura de Termo de Repatriação dos ornamentos sagrados com o Museu do índio de Manaus. Diante da impossibilidade de identificação das comunidades proprietárias, os objetos repatriados foram considerados propriedade coletiva dos povos indígenas da bacia do Rio Uaupés e estão sob a guarda do Centro de Estudos e Revitalização da Cultura Indígena de Iauaretê (CERCII)

Para os detentores, os objetos repatriados colaboraram na difusão da importância da Cachoeira de Iauaretê e da importância que os objetos têm para realização das principais cerimônias. Para Geraldo Luciano Andrello e Ana Rita Oliveira, essa ação foi uma das principais iniciativas de salvaguarda, ainda que indiretamente ligada à Cachoeira de Iauaretê.

Recomendaram a produção de avaliação sobre a situação e disposição atual desses ornamentos. De que modo eles têm sido aproveitados em exposições e demais iniciativas, ou mesmo identificando outras ações que podem ser realizadas para difusão e produção de conhecimentos sobre as peças.

5- Desenvolvimento de ações de revitalização cultural, com foco nas condições de preservação de transmissão dos valores que dão significado à geografia das Terras Indígenas da região do bem cultural

Dos Resultados e usos dos equipamentos repassados pelo IPHAN

Em 2010, no âmbito dos Convênios entre o Iphan e a FOIRN (Convênio 051/2007 e Convênio 715393/2009), houve a aquisição de kits tecnológicos compostos de pequenas ilhas de edição portáteis, equipamentos de projeção e computadores, para equipar as comunidades que sediam as sub-regionais da FOIRN e para uso de detentores em escolas e em comunidades indígenas. Tendo em vista que o Pontão de Cultura - Centro de Referências Culturais do Rio Negro, na cidade de São Gabriel da Cachoeira, tinha como objetivos a formação de realizadores indígenas em linguagem audiovisual e editoração/publicação, e fomentar, estrategicamente a aproximação e o interesse dos jovens em relação ao conhecimento sobre a tradição e fortalecimento dos sentimentos de pertencimento, os equipamentos adquiridos foram instalados neste lugar.

Na avaliação dos detentores que participaram da consulta para produção deste parecer, os equipamentos foram cruciais para realização de gravações de áudio e vídeo, despertando nas escolas a valorização da identidade cultural dos jovens indígenas da região, o que proporcionou o respeito pela importância da Cachoeira de Iauaretê. Os antropólogos que participaram das atividades de elaboração deste Parecer, durante a reunião, avaliaram que a aquisição dos equipamentos representou grande estímulo para várias atividades, no entanto lamentaram a perda total no incêndio do prédio que sediava o Pontão de Cultura. Com base nessas declarações, observa-se a necessidade de retomar junto aos detentores o debate e avaliação acerca das iniciativas iniciadas com aquisição dos equipamentos, assim como levantar que produtos foram iniciados e quais foram concluídos.



Relações interinstitucionais e autonomia dos grupos detentores.

Cabe ainda ao processo de Reavaliação analisar o atual **estado de articulação entre os detentores e parceiros**, ou seja, as relações dos grupos de detentores com outras instâncias oficiais públicas com potencialidade para cooperar na gestão compartilhada do bem patrimonializado. É unânime entre os participantes das nossas atividades, seja através dos formulários ou das entrevistas em reuniões virtuais, o reconhecimento que ao longo dos anos foram firmadas diversas parcerias que fortaleceram iniciativas que reuniram esforços para a salvaguarda da Cachoeira de Iauaretê no sentido de sua difusão, promoção, documentação, etc. Algumas dessas parcerias já foram mencionadas anteriormente; no entanto, não houve, na avaliação dos nossos interlocutores, a ampliação da autonomia grupos detentores na gestão da salvaguarda do bem. Frente a esta constatação, como encaminhamento a partir desse trabalho para Reavaliação da Cachoeira de Iauaretê, foi indicada a necessidade implementar as primeiras medidas dentro do escopo da Política Nacional de Salvaguarda do Patrimônio Imaterial, como: mobilização de detentores, o fomento a formação de um coletivo deliberativo e a elaboração do Plano de Salvaguarda, entre outras.

Mediação junto ao Ministério da Defesa

Um dos importantes desdobramentos do Registro se deu na mediação que o IPHAN realizou junto ao Ministério da Defesa, Comando da Aeronáutica e a Comissão de Aeroportos da Amazônia (COMARA), em conjunto com a Coordenação das Organizações Indígenas do Distrito de Iauaretê (COIDI) e o Instituto Sociambiental (ISA), a respeito do pedido de suspensão das obras na Serra do Bem-Te-Vi, as quais pretendiam dinamitar o extenso afloramento rochoso que compõe o conjunto de lugares sagrados dos povos indígenas de Iauaretê, para transformá-lo em pedra britada a ser utilizada em ampliação pista de pouso na localidade³. A Serra do Bem-Te-Vi é compreendida, do ponto de vista dos povos indígenas daquela região, como morada espiritual do ancestral dos principais clãs Tariano, Kamewa

³ Informações levantadas na publicação Saberes, fazeres, gingas e celebrações: ações para a salvaguarda de bens registrados como patrimônio cultural do Brasil 2002-2018, 2018, pg. 103).



Perisi. Boa parte da população de Iauaretê estava apreensiva, pois entendia que a implosão desse lugar traria ao povoado uma série de doenças, como febres e diarreias⁴. (Dossiê de Registro, pg. 100)

Geraldo Andrello, durante a reunião em grupo, relatou como aconteceu a mediação que conseguiu evitar a intervenção em uma pedra considerada sagrada pelos povos. Ele acrescentou, ainda, que situações e denúncias sobre o avanço de intervenções em lugares sagrados têm voltado a acontecer.

Conforme consta no Plano de Gestão Territorial e Ambiental Coordenadoria das Organizações Indígenas do Distrito de Iauaretê FOIRN / COIDI 2019, o problema é apontado como um dos desafios e demandas específicas para a gestão territorial da região de Iauaretê. Assim se descreve os problemas causados pelas intervenções.

Com a ampliação da pista de pouso, a área de segurança militar avançou ainda mais sobre as áreas de roçado, causando muitos problemas para as famílias. Além disso, também passaram a explorar recursos, como areia, seixo e brita, inclusive em alguns lugares sagrados, sem a devida consulta prévia e contrapartida para as comunidades afetadas⁵.

Como encaminhamento, durante o processo de produção deste Parecer, houve a indicação de retomada da comunicação com o Comando da Aeronáutica- COMAR e o Exército, viabilizando acordos permanentes a respeito da gestão territorial, com intuito de fortalecer acordos que atendem aos interesses dos detentores e priorizem a salvaguarda do Patrimônio Cultural. Esta indicação foi apenas ventilada, durante nossas reuniões, por isso enquadra-se como mais uma pauta para reuniões futuras.

Do plano de Salvaguarda

Constata-se que, passados mais de dez anos do registro, não foi construído o Plano de salvaguarda para Cachoeira de Iauaretê. Segundo os detentores, porém, existem discussões

⁴ Informações levantadas no Dossiê de Registro, pg. 100.

⁵ Informações levantadas no Plano de Gestão Territorial e Ambiental Coordenadoria das Organizações Indígenas do Distrito de Iauaretê FOIRN / COIDI 2019, pg. 66)

para elaboração do Plano de Salvaguarda da Cachoeira de Iauaretê, tendo como uma das principais ações a realização de estudos para ampliação do registro de outras cachoeiras que são consideradas importantes para o povo indígena de Iauaretê - como é o caso da Cachoeira de Aracapá e Cachoeira de Ipanoré.

Ressalta-se que à época do Registro da Cachoeira de Iauaretê não se encontravam plenamente consolidadas e sistematizadas as diretrizes de salvaguarda no âmbito da política nacional. Tratava-se de um contexto em que o IPHAN passou a apoiar uma série de iniciativas importantes para sustentabilidade cultural do bem, sem todavia sistematizá-las, a fim de avaliar impactos, monitorar resultados e fomentar autonomia de seus detentores na gestão da salvaguarda do Patrimônio. A sistematização, a nível institucional se deu anos depois, com a Portaria 299, de 17 de julho de 2015, dispondo de Termo Referência sobre os procedimentos para a execução de ações e planos de salvaguarda para Bens Registrados como Patrimônio Cultural do Brasil no âmbito do Iphan. Desta forma, avalia-se como oportuno o contexto dos trabalhos do processo de Revalidação no sentido de mobilizar e retomar a aproximação com detentores e parceiros, tendo como norteador as Diretrizes de salvaguarda para Bens Registrados como Patrimônio Cultural do Brasil no âmbito do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN.

Das recomendações e encaminhamentos da reavaliação

Seguindo como orientação o Roteiro Básico para Reavaliação do Bem, no tocante aos Blocos 1 e 2, com o objetivo de realizar uma reflexão destinada a uma possível orientação na condução das futuras ações da Salvaguarda deste bem cultural, referente às recomendações e aos encaminhamentos da reavaliação, buscamos sistematizar as ações realizadas e seus desdobramentos, com base tanto nos dados construídos nas reuniões com os detentores e parceiros quanto provenientes do Dossiê de Registro da Cachoeira de Iauaretê, compilando-os em tabelas. Ressaltamos que as informações constantes nas tabelas, também foram descritas anteriormente no decorrer do texto, porém para sintetizar e proporcionar uma visão geral sobre as ações e recomendações foram levantadas, criamos as tabelas a seguir.



A Tabela 1 lista as diretrizes para Salvaguarda recomendadas no Dossiê de Registro, indicando quais ações foram realizadas, avaliando a situação atual e descrevendo as propostas de ações recomendadas no âmbito das atividades para elaboração deste Parecer. A Tabela 2 trata apenas das recomendações e encaminhamentos surgidos a partir das reuniões de reavaliação, **indicando as demandas existentes e necessárias para a continuidade das ações da Salvaguarda.**

Ademais, com base principalmente na Tabela 2, consideramos que, para os próximos anos, existe o interesse dos detentores pelas seguintes demandas: a) **investimentos em continuidade de pesquisas e mapeamentos, assim como em levantamentos e identificação dos lugares sagrados não reconhecidos pelo Registro, e produção de documentação sobretudo em relação as práticas culturais associadas aos lugares sagrados como a pesca tradicional.**



TABELA 1

RECOMENDAÇÕES DE AÇÕES PARA A SALVAGUARDA CONTIDAS NO DOSSIÊ DE REGISTRO/ OU NO PLANO DE SALVAGUARDA			
DIRETRIZES DOSSIÊ DO REGISTRO DO BEM CULTURAL	AÇÕES REALIZADAS	SITUAÇÃO ATUAL	PROPOSTAS A PARTIR DA REAVALIAÇÃO DO BEM CULTURAL
Apoio à reconstrução das malocas como Centros de Referências e Educação Indígena	<ul style="list-style-type: none"> Apoio à reconstrução das Malocas Tariano e Tukano 	As malocas impactaram a vida da população local, pois valorizaram os conhecimentos tradicionais dos povos indígenas dessa região, porém essas malocas já não existem. Uma delas pegou fogo e outra por falta de manutenção, foi deteriorada.	Apurar junto aos detentores o interesse em Reconstruir as Malocas.



<p>Continuidade dos Trabalhos de Documentação e identificação de Lugares Sagrados</p>	<p>A partir do processo de Instrução técnica feita para o Registro, foram feitos alguns trabalhos voltados para o mapeamento e identificação de lugares sagrados.</p>	<ul style="list-style-type: none"> Muitos trabalhos podem ser acessados em PDF e E-book na página do ISA. 	<p>Negociar a proposta de compartilhamento das publicações no SITE do IPHAN;</p> <p>Realizar eventos para divulgação das publicações, avaliando os resultados como suporte para promoção e difusão do bem;</p> <p>Projetar uma obra reunindo a série de trabalhos produzidos como celebração da Revalidação do Título de Patrimônio Cultural do Brasil;</p>
<p>Repatriação dos ornamentos sagrados com o Museu do índio de</p>	<p>Ainda em 2006, houve a assinatura de Termo de Repatriação dos ornamentos sagrados com o Museu do índio de Manaus. Sabe-se que diante da impossibilidade de</p>	<p>A iniciativa é considerada uma das principais ações de salvaguarda. Não foi</p>	<p>Avaliar a situação e preservação atual desses ornamentos, bem como identificar como vem sendo utilizados e que ações podem ser feitas para contribuir para</p>



<p>Manaus, mantido pelo Patronato Santa Terezinha</p>	<p>identificação das comunidades proprietárias, os objetos repatriados foram considerados propriedade coletiva dos povos indígenas da bacia do Rio Uaupés e estão sob a guarda do Centro de Estudos e Revitalização da Cultura Indígena de Iauaretê (CERCII)</p>	<p>possível identificar como tem sido feito o trabalho de salvaguarda atualmente.</p>	<p>promoção, difusão e fomento à salvaguarda da Cachoeira de Iauaretê.</p>
<p>Resultados e usos dos equipamentos repassados pelo IPHAN</p>	<p>Em 2010, aquisição de kits tecnológicos, compostos de pequenas ilhas de edição portáteis, equipamentos de projeção e computadores. Entre os anos de 2008-2011, foram realizadas oficinas para a capacitação de realizadores indígenas em pesquisa, produção audiovisual, editoração e publicação.</p>	<p>Houve a perda total dos equipamentos durante o incêndio do Centro de Referências Culturais</p>	<p>Verificar o interesse dos detentores em retomar os trabalhos de produção audiovisual sobre os valores, referências e memória dos Lugares Sagrados. Viabilizar, caso haja interesse, ações para retomada desse projeto.</p>
<p>Relações interinstitucionais</p>	<p>2007-2008 Foram realizadas, em parceria e relações</p>	<p>Atualmente, observa-se a permanência e</p>	<p>Com base na mobilização para elaboração do Parecer de</p>



<p>e autonomia dos grupos detentores.</p>	<p>interinstitucional, oficinas de cartografia, continuando os trabalhos de identificação dos lugares míticos dos Rios Uaupés e Papuri em bases cartográficas. Como resultado, foram produzidos oito mapas georeferenciados, contendo os lugares plotados, os quais foram posteriormente digitalizados e associados a um banco de dados. 2010-2013. Foi celebrado dois convênios com o Instituto Socioambiental (ISA) para produção de cartografia cultural binacional (Brasil-Colômbia), por meio da execução do projeto Mapeo.</p>	<p>ampliação das relações interinstitucionais estabelecidas ao longo do tempo. Destacamos a atuação das seguintes instituições: UFSCar e ISA. ISA, MPEG, UCL, UFSCar, MUSA.</p>	<p>Reavaliação, foi reestabelecido a lista de comunicação via e-mail e telefone com detentores e pesquisadores. A proposta é manter o diálogo e as tratativas para criação de um Coletivo Deliberativo e elaboração do Plano de Salvaguarda.</p>
<ul style="list-style-type: none"> • Mediação junto ao Ministério da Defesa 	<p>Resultou na suspensão das obras na Serra do Bem-Te-Vi, as quais iriam dinamitar o extenso afloramento rochoso que compõe o conjunto de lugares sagrados dos povos</p>	<p>Situações e denúncias semelhantes tem voltado a acontecer.</p>	<p>Uma das indicações de ação de salvaguarda suscitadas durante os diálogos da reuniões para elaboração deste Parecer, é retomada e revisão dos acordos</p>



	indígenas de Iauaretê, para transformá-lo em pedra britada a ser utilizada em ampliação pista de pouso na localidade		com COMAR e Exército.
Capacitação- Política de Salvaguarda			
<ul style="list-style-type: none"> Plano de Salvaguarda 	<p>Observa-se a necessidade a época do Registro da Cachoeira não havia consolidada a sistematização de medidas de salvaguarda no âmbito da política nacional de salvaguarda do Patrimônio Imaterial. Construir o plano de salvaguarda com base nas diretrizes apontadas no Dossiê de Registro.</p>	<ul style="list-style-type: none"> Não há instituído Coletivo específico para gestão e deliberação das ações de salvaguarda. 	<p>Dar continuidade aos trabalhos do grupo focal estabelecido para elaboração do Parecer de Reavaliação e construir programação de Seminários, oficinas e Reuniões de Salvaguarda para implementação das diretrizes da política Nacional de Salvaguarda do Patrimônio Imaterial.</p>



TABELA 2

RECOMENDAÇÕES E ENCAMINHAMENTOS DA REAVALIAÇÃO DA CACHOEIRA DE IAUARETÊ	
I) Demanda por ampliação ou alteração do recorte inicialmente delimitado	
Pesquisas e Mapeamento	Levantamento e Identificação
<ul style="list-style-type: none">• Continuidade de pesquisas, mapeamentos e identificação dos Lugares Sagrados na Região do Noroeste Amazônico, Rios Uaupés e Papuri.	<ul style="list-style-type: none">• Levantamento e Identificação das práticas de pesca tradicional e seus grupos praticantes, bem como demais práticas culturais associadas aos lugares sagrados;



Conclusão

Ao revisitar um bem patrimonializado, não podemos perder de vista que seu reconhecimento como Patrimônio deveu-se ao fato dele ser uma referência cultural. Ou seja, significa, em última instância, reconhecer que são os seus detentores são os legítimos representantes e cabe a eles, com o apoio e mediação do Iphan, definir o destino de suas próprias práticas culturais⁶.

Conforme ressaltamos no início deste Parecer, o contexto imposto pela pandemia da COVID-19 impediu a realização plena das atividades previstas para integração de detentores, parceiros e interessados na salvaguarda da Cachoeira de Iauaretê. Desta maneira, este documento que ora se apresenta resulta de um esforço com capacidade de alcance bastante limitados. Cumpre-se a rigor o que nos foi solicitado, todavia reconhecendo a limitação deste trabalho.

Ressalta-se, ainda, como já foi mencionado, que à época do Registro da Cachoeira de Iauaretê não havia consolidada a sistematização de medidas de salvaguarda no âmbito da política nacional de salvaguarda do Patrimônio Imaterial. A sistematização, a nível institucional, se deu anos depois com a Portaria 299, de 17 de julho de 2015, dispondo de Termo Referência sobre os procedimentos para a execução de ações e planos de salvaguarda para Bens Registrados como Patrimônio Cultural do Brasil no âmbito do Iphan. Por isso, não foi consolidado o que hoje se assimila como fundamental e inicial para o processo de salvaguarda a criação de um coletivo deliberativo, aspecto que torna ainda mais difícil produzir nesse momento esta revisão.

Vale a pena relatar que diante das limitações não foi possível levantar alterações nas formas de apropriação social e práticas tradicionais associadas ao bem, pelo menos desde o Registro, principalmente em decorrência da influência do turismo, urbanização, igrejas, mídia, escolas, etc. Considerando que a forma de expressão é dinâmica, passando por alterações e

⁶ Citação retirada do Inventário nacional de referências culturais, IPHAN, 2000, p.19)



ressignificações e a incorporação de novos elementos à sua prática, observa-se que os detentores não deixam de defender a preservação e valorização de aspectos mais tradicionais, pensando em transmiti-los às novas gerações.

Diante de tudo o que foi recomendado e relatado, **somos favoráveis à Revalidação do título de Patrimônio Cultural do Brasil da Cachoeira de Iauaretê – Lugar Sagrado dos povos indígenas dos Rios Uaupés e Papuri (AM), inscrito em 2006 no Livro de Registro dos Lugares.**

Este é o nosso parecer.

Manaus, 04 de maio de 2021

Mauro Augusto Dourado Menezes
Antropólogo

Matrícula SIAPE 3126015

Coordenação Técnica/ Patrimônio Imaterial – Superintendência do IPHAN no Amazonas

José Vicente Damante Ângelo e Silva
Analista de Meio Ambiente

Matrícula SIAPE 1871842

Coordenação Técnica/ Patrimônio Imaterial – Superintendência do IPHAN no Amazonas



Referências bibliográficas

ANDRELLO, Geraldo. Rotas de criação e transformação : narrativas de origem dos povos indígenas do Rio Negro. São Paulo : Instituto Socioambiental; São Gabriel da Cachoeira, AM : FOIRN - Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro, 2012.

FEDERAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS DO RIO NEGRO. Projeto Mapeo: Documentação e salvaguarda dos lugares sagrados dos povos indígenas do rio Negro- As expedições da cobra-canoa (2013-2015).

FEDERAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS DO RIO NEGRO. Plano de Gestão Territorial e Ambiental Coordenadoria das Organizações Indígenas do Distrito de Iauaretê FOIRN / COIDI: 2019.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Inventário nacional de referências culturais : manual de aplicação- Brasília : 2000.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Cachoeira de Iauaretê – Lugar Sagrado dos povos indígenas dos Rios Uaupés e Papuri (AM). Brasília: DF: Iphan, 2006 (Dossiê Iphan: 7).

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Inventário nacional de referências culturais : manual de aplicação- Brasília : 2000.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL .Saberes, fazeres, gingas e celebrações: ações para a salvaguarda de bens registrados como patrimônio cultural do Brasil 2002-2018. Brasília: 2018.